

SOCIEDADE

Uma década no desenvolvimento humano

SANDRA SATO
e LUCIANA GARBIN

O crescimento econômico errático da década de 90 não impediu prefeituras e governos estaduais de melhorarem a qualidade de vida da população. A educação é o grande motor da mudança. Mas programas sociais também permitiram reduzir entre 1991 e 2000 a porcentagem de pobres — pessoas que vivem em famílias cuja renda per capita é inferior a R\$ 75,50 — no Brasil de 40,08% para 32,75%.

“Mesmo quando o crescimento econômico não é significativo é possível avançar no bem-estar das pessoas”, disse o pesquisador do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), José Carlos Libânio. A afirmação tem como base o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco eletrônico sofisticado que cruza informações socioeconômicas dos censos de 1991 e de 2000. Preparado pelo Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro, o atlas foi divulgado ontem, em Brasília.

O indicador que mais contribuiu para reduzir a desigualdade social no País foi o aumento de matrículas no ensino fundamental. Mas a educação teve papel particularmente importante para o progresso dos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), explicou o coordenador técnico do Atlas, Ricardo Paes de Barros — as cidades com menos de 50 mil habitantes foram as que mais melhoraram a qualidade de vida da população.

Municípios maiores e com maior desenvolvimento humano tiveram progresso mais lento. E o caso da cidade de São Paulo, onde a porcentagem de pobres passou de 8% para 12,06%. O mesmo ocorreu no Estado. O número de pobres aumentou de 12,86% em 1991 para 14,37% em 2000. Foi o único Estado do sudeste onde isso ocorreu e um dos três no País, com Amapá e Amazonas.

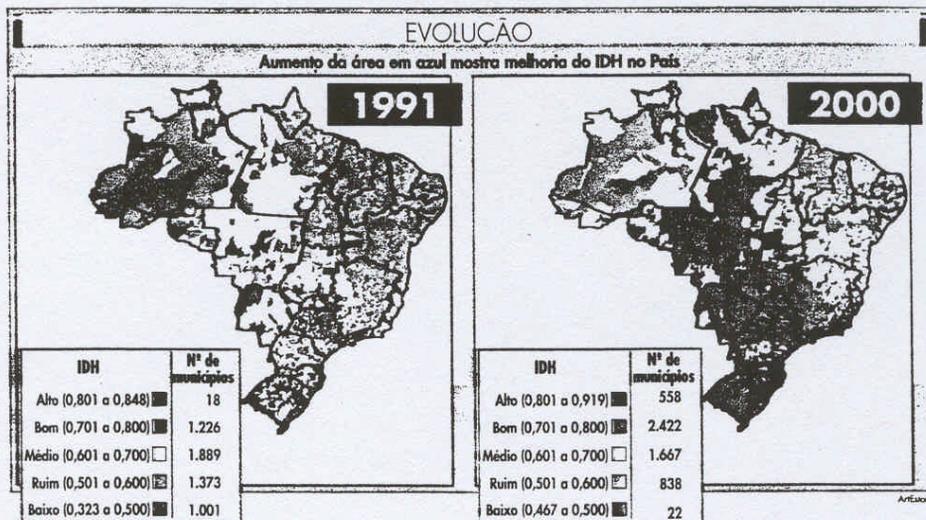
Da mesma forma, a qualidade de vida melhorou mais acentuadamente na periferia das regiões metropolitanas. Na Grande São Paulo, por exemplo, enquanto a capital e os municípios mais populosos, como Santo André, São Bernardo do Campo e Guarulhos, registraram crescimentos do IDH inferior ou muito próximo da média da região metropolitana (4,5%), as cidades menores e mais distantes do centro viram seu índice disparar, como Guararema (13,2%), Juquitiba (12,9%) e Embu-Guaçu (11,1%).

A pobreza diminuiu
(menos em São Paulo, Amazonas e Amapá)

A educação impulsionou a melhora

Periferia e cidades pequenas foram os destaques

Consumo cresceu, emprego caiu, desigualdade aumentou



Abertura — Para o chefe do Centro de Políticas Social da Fundação Getúlio Vargas,

Marcelo Neri, a estabilização da economia em meados da década ajudou a reduzir a pobreza não só pelos efeitos diretos, mas porque, vencida a inflação, o País pôde se dedicar a uma agenda social. A abertura da economia, porém, penalizou os grandes centros.

“Houve uma grande aumento do acesso a bens de consumo e duráveis, como automóveis, geladeiras, telefone, água e luz e, por outro lado, um aumento do desemprego e da queda de renda do trabalho”, explicou. “Quando se faz um zoom desse fenômeno vê-se que as áreas metropolitanas sofreram mais. O operário paulista, por exemplo, foi uma vítima de curto prazo da abertura da economia.”

Por outro lado, as redes de proteção e benefício social, que se expandiram muito a partir da Constituição, não tiveram o mesmo impacto nas áreas metropolitanas que nos municípios pequenos e rurais. “Na década de 90, o ônus das crises foi metropolitano e o bônus, rural, porque aí foram concentrados os benefícios sociais.”